

Pirapora Solar Holding S.A

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2019 e 2018**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Diretores e Acionistas da Pirapora Solar Holding S.A.

Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pirapora Solar Holding S.A. (“Sociedade”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Pirapora Solar Holding S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 18 de março de 2020

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-RJ


Milena dos Santos Rosa

Contador CRC RJ-100983/O-7

Pirapora Solar Holding S.A.

Demonstração do resultado

Exercícios findos em 31 dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		<u>Controladora</u>		<u>Consolidada</u>	
	Nota	2019	2018	2019	2018
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	18	-	-	135.868.763	105.650.000
Custo das vendas	19	-	-	(49.595.749)	(47.515.953)
Lucro bruto		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>86.273.014</u>	<u>58.134.047</u>
Despesas operacionais					
Despesas administrativas e outras					
despesas operacionais	20	(573.213)	(9.382.270)	(3.234.296)	(17.516.311)
Outras receitas operacionais	20	65.338	-	16.161.701	19.667.209
Participação de equivalência patrimonial		45.545.464	8.293.151	-	-
Amortização do Intangível		<u>(2.003.928)</u>	<u>-</u>	<u>(2.003.928)</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas					
(despesas) financeiras, líquida e impostos		43.033.661	(1.089.119)	97.196.491	60.284.946
Despesas financeiras	21	(26.802.410)	(21.662.274)	(74.916.146)	(73.751.955)
Receitas financeiras	21	8.241	913.855	2.377.755	2.829.965
Resultado financeiro líquido		<u>(26.794.169)</u>	<u>(20.748.419)</u>	<u>(72.538.391)</u>	<u>(70.921.990)</u>
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto					
de renda e da contribuição social		<u>16.239.492</u>	<u>(21.837.538)</u>	<u>24.658.100</u>	<u>(10.637.044)</u>
IR e CS correntes	16	-	-	(5.367.500)	(11.133.773)
IR e CS diferidos	16	-	-	(3.051.108)	(66.721)
Prejuízo do exercício		<u>16.239.492</u>	<u>(21.837.538)</u>	<u>16.239.492</u>	<u>(21.837.538)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora Solar Holding S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2017	<u>226.392.465</u>	<u>(11.614.911)</u>	<u>214.777.554</u>
Subscrição de capital	12.500.000		12.500.000
Prejuízo do exercício		(21.837.538)	(21.837.538)
Saldos em 31 de dezembro de 2018 (Nota XX)	<u>238.892.465</u>	<u>(33.452.449)</u>	<u>205.440.016</u>
Aumento de Capital	2		2
Ajuste investimento PX	-	250.000	250.000
Lucro líquido do exercício		16.239.492	16.239.492
Saldos em 31 de dezembro de 2019 (Nota XX)	<u>238.892.467</u>	<u>(16.962.957)</u>	<u>221.929.510</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Pirapora Solar Holding S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 dezembro de 2019 e 2018

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido/(Prejuízo) do exercício	16.239.492	(21.837.538)	16.239.492	(21.837.538)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recursos do caixa:				
. Depreciação	-	-	36.335.903	35.549.916
. Provisão de juros	20.771.386	16.823.506	20.771.386	16.823.506
. Provisão de juros BNDES	-	-	46.901.820	48.299.113
. Provisão de juros - parte relacionada	1.292.149	175.787	-	-
. Receita de partes relacionadas	-	(858.491)	-	-
. Receita Juros empréstimos parte relacionada	(4.874)	-	-	-
. Provisão de Juros Arrendamento Mercantil	-	-	667.966	-
. Amortização aluguel - Leasing	-	-	442.130	-
. Provisão de IOF s/ empréstimo parte relacionada	228.364	54.783	-	-
. Outros encargos	-	403.039	-	(534.990)
. Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	3.051.108	270.756
. Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	5.367.500	2.811.504
. Amortização do Intangível	2.003.928	-	2.003.928	-
. Perda/(Ganho de equivalência patrimonial)	(45.545.464)	(8.293.151)	-	-
. Reversão de ajuste investimento PIX	250.000	-	250.000	-
. Contingencias	-	-	10.998	-
	(4.765.019)	(13.532.064)	132.042.231	81.382.267
Variações dos Ativos e Passivos operacionais				
. Aplicações financeiras	(315.860)	1.580.493	(11.688.372)	(10.603.425)
. Contas a receber de clientes	-	-	(19.709.531)	7.672.859
. Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-	4.622.342
. Adiantamentos	(2.092)	(53.401)	(6.829)	(53.401)
. Despesas antecipadas	(16.032)	-	1.142.990	(352.746)
. Tributos a recuperar	2.736	(540.201)	12.463	(1.329.473)
. Tributos a recolher	(82.935)	70.093	(113.918)	(705.402)
. Tributos diferidos	-	-	-	-
. Contas a pagar	(19.974)	(3.017.892)	(9.117.813)	(24.334.066)
. Contas a pagar - Parte relacionadas	-	-	(3.557.427)	(1.289.409)
. Provisão para IRPJ e CSLL	-	-	-	3.556.212
. Outros	-	-	(1.397.361)	(740)
	(434.157)	(1.960.908)	(41.385.417)	(22.817.249)
Gerado pelas operações:				
. Juros pagos - parte relacionada	(148.602)	-	-	-
. IOF pagos de empréstimos parte relacionada	(50.901)	-	-	-
. Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(12.255.208)	(707.794)
Caixa líquido (consumido) gerado pelas atividades operacionais	(5.398.679)	(15.492.972)	75.351.225	68.460.649
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
. Aquisição de imobilizado	-	-	(1.419.785)	(12.378.245)
. Reversão de Capex	-	-	62.009	-
. Pagamento de empréstimos - parte relacionada	(9.580.748)	(308.390)	-	-
. Obtenção de Empréstimos partes relacionadas	6.246.240	8.647.995	-	-
. Concessão de empréstimos - parte relacionada	(570.000)	(1.000.000)	-	-
. Recebimento de empréstimos - parte relacionada	1.299.771	11.925.657	-	-
. Dividendos recebidos	10.033.546	-	-	-
. Redução de Aporte nas investidas	13.000.000	-	-	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimento	20.428.809	19.265.262	(1.357.776)	(12.378.245)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
. Aporte de capital em controladas	-	(2.000.000)	-	-
. Aportes de capital dos acionistas	-	12.500.000	-	12.500.000
. Pagamento de empréstimos - Principal	(4.616.433)	(191.000.000)	(17.410.192)	(212.709.141)
. Obtenção debêntures	-	220.000.000	-	220.000.000
. Obtenção empréstimos	-	-	-	26.320.346
. Pagamento de empréstimos - Juros	(10.555.300)	(21.656.457)	(57.098.015)	(58.848.893)
. Custos de transação de debêntures	1.397.372	(21.616.289)	1.397.372	(21.045.544)
. Custos de captação de emprestimos	-	-	639.422	-
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(13.774.361)	(3.772.746)	(72.471.414)	(33.783.232)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	1.255.769	(456)	1.522.036	11.695.746
Varição do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	10.129	10.585	11.789.167	93.421
No final do exercício	1.265.898	10.129	13.311.203	11.789.167
	1.255.769	(456)	1.522.036	11.695.746

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A Pirapora Solar Holding S.A ("Pirapora Holding" ou "Sociedade") é uma sociedade anônima, constituída em 21 de junho de 2016, que se rege pelas normas da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976), e está sediada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av Almirante Barroso nº 52, 18º andar (parte), Centro. A sociedade tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades.

A autorização para exploração, adquirida pelo consórcio Pirapora, um dos vencedores no primeiro leilão de energia de reserva de 2015, realizado pela ANEEL em 28 de agosto de 2015. Na ocasião, o consórcio obteve êxito na venda de 42 MWm ao preço médio de R\$ 298,58/MWh. Após o êxito no leilão, foram constituídas cinco entidades (suas controladas) que, juntas, possuem capacidade total instalada de 150MW ofertada nesse mesmo leilão.

Em 8 de setembro de 2016, a empresa Canadian Solar Inc, transferiu as entidades do complexo Solar Pirapora I para a sociedade Pirapora Solar Holding S.A., através da incorporação das ações, a Sociedade passou a controlar 100% do capital das Sociedades Pirapora V, Pirapora VI, Pirapora VII, Pirapora IX e Pirapora X, detendo assim participação exclusiva na carteira de projetos de energia solar fotovoltaica, que totalizam 150MW. As empresas Controladas tem o compromisso de implantar, operar e fazer a manutenção do Parque Solar.

Em 7 de outubro de 2016, foram assinados os contratos definitivos de compra e venda na qual a Sociedade EDF EN do Brasil Participações Ltda adquiriu 80% de participação no capital social da Pirapora Holding.

Em 07 de dezembro de 2018, a Omega Geração S.A. adquiriu 50% das ações da Sociedade, sendo 30% da participação da EDF EN do Brasil Participações S.A. e 100% da participação da Canadian Solar Uk Projects Limited. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de participação na Sociedade, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

As suas controladas entraram em operação comercial ao longo do segundo semestre de 2017, conforme evidenciado abaixo:

- Pirapora V: a partir do dia 19 de Outubro de 2017, conforme despacho nº 3.510, de 18 de outubro de 2017;
- Pirapora VI: a partir do dia 06 de Outubro de 2017, conforme despacho nº 3.395, de 05 de outubro de 2017;
- Pirapora VII: a partir do dia 26 de Setembro de 2017, conforme despacho nº 3.171, de 25 de setembro de 2017;
- Pirapora IX: a partir do dia 26 de Setembro de 2017, conforme despacho nº 3.172, de 25 de setembro de 2017;

- Pirapora X: a partir do dia 26 de Setembro de 2017, conforme despacho nº 3.534, de 25 de setembro de 2017.

1.1 Da autorização

As suas controladas assinaram com a União, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contado a partir da sua celebração, para construção, operação e manutenção das instalações das usinas solares.

Controladas	Assinatura da Outorga	Capacidade
Pirapora V Energias Renováveis S.A	1 de março de 2016	30 MW
Pirapora VI Energias Renováveis S.A	1 de março de 2016	30 MW
Pirapora VII Energias Renováveis S.A	2 de março de 2016	30 MW
Pirapora IX Energias Renováveis S.A	2 de março de 2016	30 MW
Pirapora X Energias Renováveis S.A	2 de março de 2016	30 MW
		<hr/>
		150 MW

A contabilização da energia produzida pelas controladas ocorre de forma mensal. De acordo com o PPA, a cada 12 meses, há o encontro de contas, comparando o volume gerado com o vendido no leilão. Desvios negativos, são restituídos pela Sociedade, enquanto desvios positivos, são recebidos de acordo com o percentual pré-estabelecido no contrato.

As principais características dos projetos de suas controladas estão destacadas abaixo:

- a. Planta fotovoltaica composta por cinco subparques de 30 MW cada;
- b. Rede de Média Tensão subterrânea de 34,5 kV;
- c. Subestação Coletora Pirapora I 34,5/138 kV;
- d. Linha de transmissão 138 kV, com extensão aproximada de 10km, interligando a Subestação Coletora Pirapora I à Subestação Pirapora 2;
- e. Bay de Conexão na Subestação Pirapora 2 em 138/345/500kV.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 18 de março de 2020. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A demonstração do resultado abrangente não foi apresentada por conta de não existir nenhuma transação que envolva outros resultados abrangentes nos termos apresentados no Pronunciamento Técnico CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis

Este é o primeiro conjunto de demonstrações financeiras anuais do Grupo no qual o CPC 06(R2) Arrendamentos foram aplicados. As mudanças relacionadas nas principais políticas contábeis estão descritas na Nota explicativa 11.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 22.

2.3 Base de Consolidação

Controladas

A Sociedade controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Sociedade.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Sociedade investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional de apresentação

Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Sociedade descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

(i) *Provisão para desmobilização*

A Administração da Sociedade entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser substancial e os custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação ser relativamente baixo. Adicionalmente, a Sociedade já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao prazo contratual estabelecido.

(ii) *Provisões para contingências judiciais*

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

(i) *Ativos financeiros não derivativos*

A Sociedade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Sociedade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da sociedade ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes, empréstimos a coligadas, caixas e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Sociedade deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Sociedade transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Sociedade nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Sociedade tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI).

(ii) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros da Sociedade e suas controladas incluem contas a pagar a fornecedores e, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com partes relacionadas.

- Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado: incluem derivativos e são mensurados a valor justo, quando aplicável.
- Empréstimos e financiamentos: após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros.

3.2 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão esperada para perda de créditos de liquidação duvidosa é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável). Em 31 de dezembro de 2019, a Administração concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Sociedade e, portanto, etende não ser necessária a constituição de provisão para perdas esperadas, conforme CPC 48.

3.3 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 / IAS 36 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.4 Ativo intangível amortizável

O ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas está sujeito à amortização pelo prazo de autorização da geração de energia.

Investida	Goodwill	Custo de aquisição	Intangível amortizável	Periodo de outorga	Prazo
Pirapora V	3.983.592	2.278.683	6.262.275	01/03/16	35 anos
Pirapora VI	3.983.592	2.278.683	6.262.275	01/03/16	35 anos
Pirapora VII	3.983.592	2.278.683	6.262.275	01/03/16	35 anos
Pirapora IX	3.983.592	2.278.682	6.262.274	01/03/16	35 anos
Pirapora X	3.983.592	2.278.682	6.262.274	01/03/16	35 anos
Total	19.917.960	11.393.413	31.311.373	-	

3.5 Redução ao valor recuperável dos ativos (*impairment*)

(i) *Ativos financeiros*

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) *Ativos não financeiros*

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

3.6 Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras. A administração optou por apresentar os juros de empréstimos como financiamentos.

Debêntures

Em 15 de agosto de 2018 a Sociedade assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Abaixo, apresentamos as principais características:

	Valor total da emissão (R\$)	Quantidade	Valor Nominal Unitário (R\$)	Data de vencimento
Pirapora Solar Holding	R\$ 220.000.000	220.000	1.0000	15/08/2034

Abaixo apresentamos a movimentação dos recursos, que foram tanto liberados quanto quitados ao longo do exercício de 2018 e 2019, conforme segue:

Saldo inicial em 31 de dezembro de 2017	-
Montante Captado	220.000.000
Juros e encargos	3.468.280
Custos de captação	(21.172.555)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	<u>202.295.725</u>
Pagamentos no ano	(15.171.734)
Juros e encargos	20.771.385
Custos de captação	1.397.372
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	<u>209.292.748</u>

3.7 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Sociedade possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.8 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Sociedade possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.9 Resultados

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização. As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de aplicações financeiras. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo são reconhecidos diretamente no resultado financeiro.

3.10 Reconhecimento de receita

No que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

a. Receita de geração de energia

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade é registrada pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal.

b. Receita de geração de energia em fase de teste

A receita da fase de teste é registrada antes do período comercial da Sociedade, pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, e medida através de relatório de medição mensal. Tal prática é contabilizada conforme o parágrafo 17 do CPC 27, que permite a capitalização de custos para verificar se o item está funcionando corretamente após a dedução das receitas líquidas provenientes da venda de qualquer item produzido no período de testes.

c. Receita de juros

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, que são reconhecidas no resultado, por meio do método dos juros efetivos. A receita de juros de um ativo financeiro é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto.

3.11 Tributos

Em 2019, a Sociedade apurou o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pelas normas estabelecidas para apuração do Lucro Real e a despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes.

Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercício, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada período de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos

As suas controladas apuram o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido conforme normas estabelecidas para apuração do Lucro Presumido.

O imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, em geral acrescido das demais receitas, pela alíquota de 15% e do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$ 60.000 no trimestre, enquanto que a contribuição social é computada com presunção de 12% sobre a receita de venda, em geral acrescida das demais receitas, pela alíquota de 9%, reconhecidas pelo regime de caixa, ver nota explicativa nº 12 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Os tributos diferidos são reconhecidos pelos saldos a receber de clientes e/ou outro valor tributável que não fora recebido até a data da apuração.

3.12 Novas normas revisadas e vigentes a partir de 01 de janeiro de 2019

(i) CPC 06 (R2) - arrendamentos

O CPC 06(R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias de terrenos para construção de seus projetos de usinas fotovoltaicas. A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia e suas controladas, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia e suas controladas não apresentam obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

O CPC 06 (R2) substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

(ii) ICPC 22 (IFRIC 23) - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro

A Interpretação (equivalente à interpretação IFRIC 23) trata da contabilização dos tributos sobre o lucro nos casos em que os tratamentos tributários envolvem incerteza que afeta a aplicação da IAS 12 (CPC 32) e não se aplica a tributos fora do âmbito da IAS 12 nem inclui especificamente os requisitos referentes a juros e multas associados a tratamentos fiscais incertos.

A Interpretação aborda especificamente o seguinte: Se a entidade considera tratamentos fiscais incertos separadamente. As suposições que a entidade faz em relação ao exame dos tratamentos tributários pelas autoridades fiscais. Como a entidade determina o lucro real (prejuízo fiscal), bases de cálculo, prejuízos fiscais não utilizados, créditos tributários extemporâneos e alíquotas de imposto. Como a entidade considera as mudanças de fatos e circunstâncias. A Interpretação não teve impacto nas demonstrações financeiras da sociedade.

3.13 Novas normas revisadas e ainda não vigentes

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Sociedade não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade:

- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS.
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

4 Caixa e equivalente de caixa

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são demonstrados a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Bancos	1.265.897	10.129	13.311.203	11.789.167
	1.265.897	10.129	13.311.203	11.789.167

5 Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Aplicações Financeiras	327.189	11.329	50.008.172	38.319.800
	327.189	11.329	50.008.172	38.319.800

As aplicações financeiras possuem opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, com alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, independentemente do vencimento dos ativos e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2018, sobre o DI CETIP ("CDI") de 96,17% (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander). As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

6 Contas a receber de clientes

O saldo de contas a receber de clientes é demonstrado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	-	-	25.391.678	5.682.147
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>25.391.678</u>	<u>5.682.147</u>

A Sociedade constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Sociedade e medida através de relatório de medição mensal. Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Sociedade. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda esperada para créditos de liquidação duvidosa.

7 Transações com parte relacionadas

As transações com partes relacionadas são demonstradas a seguir:

7.1 Contas a receber

Contrato de Mutuo Concedido	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Pirapora VI	-	724.897	-	-
Total	<u>-</u>	<u>724.897</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Consórcio Pirapora Interconexões

Em 5 de janeiro de 2016, foi constituído o Consórcio Pirapora composto pelas usinas Pirapora V, VI, VII, IX e X (também chamado de Parque Solar Pirapora.), substituído em 21/09/16, com a criação do Consórcio Pirapora Interconexões. O objeto do Consórcio Pirapora Interconexões é o desenvolvimento, execução, implantação, operação, manutenção utilização e concessão a terceiros dos direitos de utilização de instalações de interconexão e transmissão de energia elétrica. A líder do Consorcio, nomeada pelas Consorciadas é Pirapora X.

A participação das Consorciadas nas despesas comuns, nas receitas e na divisão de resultados, em como nos direitos e obrigações relativos ao contrato, será limitada ao percentual de participação conforme abaixo:

- Pirapora V - 20%, Pirapora VI - 20%, Pirapora VII - 20%, Pirapora IX- 20% e Pirapora X- 20%.

Em 07 de Dezembro de 2017 foi assinado o aditivo ao contrato de formação do Consórcio Pirapora Interconexões, (o “Consórcio”), com objetivo de ratear os custos comuns de construção e manutenção da Subestação e da linha de transmissão do projeto Pirapora Fase 1 (composta pelas entidades Pirapora V Energias Renováveis S.A., Pirapora VI Energias Renováveis S.A., Pirapora VII Energias Renováveis S.A., Pirapora IX Energias Renováveis S.A., Pirapora X Energias Renováveis S.A.) com os projetos Pirapora Fase 2, (composto pelas entidades Pirapora II Energias Renováveis S.A., Pirapora III Energias Renováveis S.A., Pirapora IV Energias Renováveis S.A.) e com o projeto Pirapora Fase 3, (composto pelas entidades Vazante I Energias Renováveis S.A., Vazante II Energias Renováveis S.A. e Vazante III Energias Renováveis S.A.).

As Consorciadas denominaram Pirapora X Energias Renováveis S.A. como a líder do projeto que terá duração de 35 anos.

7.2 Contrato de mútuo concedido

Em 2019 Os valores referem-se a capital de giro custeados pela Sociedade as suas controladas. A movimentação segue abaixo:

	Saldo em 31/12/2018	Adição	Juros	Recebimento	Saldo em 31/12/2019
Pirapora VI Energias Renováveis	724.897	570.000	4.874	(1.299.771)	-
Total	724.897	570.000	4.874	(1.299.771)	-

7.3 Contas a pagar

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidada 2019	Consolidada 2018
EDF EN DO BRASI PARTICIPAÇÕES LTDA	-	-	117.873	3.675.300
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>117.873</u>	<u>3.675.300</u>

- (i) Contrato entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) as sociedades da fase 1 (Pirapora V, Pirapora VI, Pirapora VII, Pirapora IX e Pirapora X) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina solar. O rateio de despesas é proporcional à capacidade solar de cada parte. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os valores em aberto referem-se às despesas de rateio da EDF EN Brasil cuja estimativa de liquidação é o exercício de 2019.

Abaixo segue o quadro demonstrando o saldo por Sociedade investida:

	Consolidado 2019	Consolidado 2018
PIRAPORA V	24.437	735.060
PIRAPORA VI	24.437	735.060
PIRAPORA VII	24.437	735.060
PIRAPORA IX	24.437	735.060
PIRAPORA X	<u>20.127</u>	<u>735.060</u>
Total	<u>117.873</u>	<u>3.675.300</u>

7.4 Contrato de mútuo obtido

Os valores referem-se ao Mútuo entre a controladora e suas controladas. O montante principal, de R\$ 5.241.142, está sendo atualizado pelos juros mensais de 1%, montados em R\$ 1.315.536.

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidada 2019	Consolidada 2018
PIRAPORA VI	-	369.610	-	-
PIRAPORA VII	1.042.687	1.274.183	-	-
PIRAPORA IX	935.859	3.069.892	-	-
PIRAPORA X	4.578.133	3.856.490	-	-
Total	6.556.679	8.570.175	-	-
Circulante	-	-	-	-
Não Circulante	-	-	6.556.679	8.570.175

A movimentação dos contratos de mútuos segue apresentada abaixo, a saber:

Saldo em 31/12/2018	Amortização						Saldo em 31/12/2019
	Aquisição	Juros	IOF	Principal	Juros	IOF	
369.611	1.257.248	113.895	29.282	(1.622.248)	(116.764)	(31.024)	-
-	1.077.248	31.838	19.877	(1.077.248)	(31.838)	(19.877)	-
1.274.183	1.757.248	265.075	49.982	(2.303.801)	-	-	1.042.687
3.069.892	1.077.248	371.253	58.195	(3.640.730)	-	-	935.859
3.856.490	1.077.248	510.088	71.028	(936.721)	-	-	4.578.133
8.570.175	6.246.240	1.292.149	228.364	(9.580.748)	(148.602)	(50.901)	6.556.679

7.5 Dividendos a receber

Os saldos de dividendos a receber são demonstrados a seguir:

	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X	Total
Lucro líquido do exercício	9.298.262	8.483.672	8.765.481	9.370.258	9.627.790	45.545.464
Base para a constituição de reserva legal	9.298.262	8.483.672	8.765.481	9.370.258	9.627.790	45.545.464
(-) Constituição de reserva legal	(464.913)	(424.184)	(438.274)	(468.513)	(481.390)	(2.277.273)
(=) Base para a distribuição dos dividendos	8.833.349	8.059.488	8.327.207	8.901.745	9.146.401	43.268.191
(=) Dividendos distribuídos	(2.208.337)	(2.014.872)	(2.081.802)	(2.225.436)	(2.286.600)	(10.817.048)
(=) Reserva de Dividendos adicionais propostos (a)	(6.625.012)	(6.044.616)	(6.245.406)	(6.676.309)	(6.859.801)	(32.451.143)

- (a) Tratam-se de dividendos propostos pela Controladas a serem distribuídos após aprovação em Assembléia de acionistas, e por esta razão não foram reconhecidos no ativo circulante da Controladora.

Remuneração do pessoal chave da administração

Não houve remuneração do pessoal chave da administração em 2019 e em 2018.

8 Tributos a recuperar

A composição dos tributos a recuperar é a demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Tributos Federais	545.267	548.003	1.529.082	1.541.544
Total	545.267	548.003	1.529.082	1.541.544

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Sociedade e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

9 Investimentos em Sociedades controladas

Os saldos dos investimentos por sociedade controlada são demonstrados a seguir:

	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X	Total
Patrimônio da investida	78.706.559	79.965.025	78.346.567	78.413.776	78.676.168	394.108.095
Percentual de investimento	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
Saldo do investimento	78.706.559	79.965.025	78.346.567	78.413.776	78.676.168	394.108.095

Abaixo apresentamos a movimentação do investimento no exercício, conforme segue:

Controlada	Saldo em 31/12/2018	Redução de capital	Ajuste investimento	Equivalência Patrimonial	Dividendos a receber (ii)	Total
Pirapora V	77.480.099	(2.600.000)	-	9.298.262	(5.471.802)	78.706.559
Pirapora VI	78.623.205	(2.600.000)	-	8.483.672	(4.541.852)	79.965.025
Pirapora VII	76.409.807	(2.600.000)	-	8.765.481	(4.228.721)	78.346.567
Pirapora IX	73.803.618	(2.600.000)	250.000	9.370.258	(2.410.100)	78.413.776
Pirapora X	73.934.978	(2.600.000)	-	9.627.790	(2.286.600)	78.676.168
Saldo do investimento	380.251.707	(13.000.000)	250.000	45.545.464	(18.939.075)	394.108.095

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas, a saber:

Descrição	Pirapora V energias renováveis S.A.	Pirapora VI energias renováveis S.A.	Pirapora VII energias renováveis S.A.	Pirapora IX energias renováveis S.A.	Pirapora X energias renováveis S.A.
ATIVO					
ATIVO CIRCULANTE	18.401.843	20.697.056	21.277.512	18.202.964	24.932.467
ATIVO NÃO CIRCULANTE	168.269.690	165.792.832	166.206.189	168.536.110	163.112.789
PASSIVOS					
CIRCULANTES	8.907.261	7.345.257	10.139.224	9.135.648	9.939.715
PASSIVOS NÃO CIRCULANTES	99.057.713	99.179.605	98.997.910	99.189.650	99.429.373
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	69.408.297	71.481.353	69.581.086	69.043.518	69.048.378
RESULTADO	9.298.262	8.483.672	8.765.481	9.370.258	9.627.790

10 Imobilizado

A movimentação do imobilizado consolidado em 31 de dezembro de 2019 é como segue:

2019							
	Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferência	Baixa (Reversão capex)	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Painéis solares fotovoltaicos	4%	857.281.272	587.683	(13.306)	(62.009)	(36.334.510)	821.459.130
Móveis e Utensílios		-	-	13.306	-	(1.393)	11.913
Adiantamentos para aquisição de imobilizado		-	832.102	-	-	-	832.102
Total		857.281.272	1.419.785	-	(62.009)	(36.335.903)	822.303.145
Custo		899.931.614	-	-	-	-	901.289.390
Depreciação acumulada		(42.650.342)	-	-	-	-	(78.986.245)
Imobilizado líquido		857.281.272	-	-	-	-	822.303.145
2018							
	Taxa de depreciação. Anual%	Saldo em 31/12/2017	Adição	Depreciação		Saldo em 31/12/2018	
Painéis solares fotovoltaicos	4%	880.452.942	12.378.245	(35.549.916)		857.281.272	
Total		880.452.942	12.378.245	(35.549.916)		857.281.272	
Custo		887.553.369	-	-		899.931.614	
Depreciação acumulada		(7.100.427)	-	-		(42.650.342)	
Imobilizado líquido		880.452.942	-	-		857.281.272	

11 Direito de uso e Passivo de arrendamento

a. Adoção inicial

A Companhia adotou em 1º de janeiro de 2019, data da transição, as diretrizes do CPC06 (R2) – “Operações de Arrendamento Mercantil”. A nova norma determinou que os arrendatários reconhecessem, a partir da data da transição, o direito de uso do ativo arrendado e o passivo dos pagamentos futuros para todos os contratos de arrendamento mercantil ou operações com as mesmas características de um arrendamento, na qual a tenha o direito de controlar e obter os benefícios sobre o uso de determinado ativo identificado (específico), a menos que sejam enquadrados por algum tipo de isenção.

Abordagem de transição

A Administração avaliou os impactos da nova norma e optou pela abordagem retrospectiva simplificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados (patrimônio líquido) na data da adoção inicial, sendo os efeitos apresentados a partir de 01 de janeiro de 2019.

Na transição, os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes, descontados da taxa incremental. Os ativos de direito de uso são mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Isenções adotadas pela Companhia

A Companhia aplicou os seguintes expedientes práticos e isenções:

- (i) Definição de contrato de arrendamento na transição: a Companhia aplicou o CPC 06 (R2) a todos os contratos vigentes em 1º de janeiro de 2019 considerados segundo os critérios de avaliação da própria norma.
- (ii) Contratos cujo o prazo remanescente na data da adoção era igual ou inferior a 12 meses: Segundo a norma, contratos inferiores a 12 meses estão excluídos do escopo, permanecendo sua contabilização como despesa, e seus pagamentos ocorrendo segundo critérios definidos pelo contrato.
- (iii) Contratos para os quais os ativos subjacentes eram de baixo valor: a Companhia continuou reconhecendo os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como despesa em base linear ao longo do prazo do arrendamento.
- (iv) Aplicação de taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características razoavelmente similares (tais como os arrendamentos com prazo de arrendamento remanescente similar para uma classe similar de ativo subjacente).

Impactos no balanço patrimonial na adoção inicial

Arrendamentos operacionais

A Companhia e suas controladas atuam como arrendatárias de terrenos para construção de seus projetos de usinas fotovoltaicas. A Companhia e suas controladas, em conformidade com o CPC 06 (R2) e em sua avaliação quanto ao ofício emitido, concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2)/IFRS 16, a taxa incremental de empréstimos – IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia e suas controladas, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários, conforme orientado pelos pronunciamentos em questão; e (ii) a Companhia e suas controladas não apresentam obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica. Os reflexos oriundos da adoção da nova norma CPC 06 (R2) são como segue:

Efeito da adoção do CPC 06 (R2) no Balanço Patrimonial em					
Ativo			Passivo		
01/01/2019	31/12/2019		01/01/2019	31/12/2019	
Circulante			Circulante		
-	(1.403.874)	Arrendamento Mercantil	-	1.093.231	
	-		-	-	
Não circulante			Não circulante		
10.056.595	9.614.465	Arrendamento Mercantil	10.056.595	8.227.456	
10.056.595	9.614.465		10.056.595	8.227.456	
		Patrimônio Líquido			
		Resultados acumulados	-	(1.110.096)	
			-	(1.110.096)	
Total	10.056.595	8.210.591	Total	10.056.595	8.210.591

b. Política contábil e premissas para o reconhecimento

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido. O direito de uso dos ativos é amortizado em bases lineares pelo prazo vigente do contrato no resultado do exercício na linha competente a sua natureza (“Custo dos Serviços Prestados” / “Despesas Administrativas”), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no “Resultado financeiro”.

A depreciação do ativo de direito de uso é calculada pelo método linear de acordo com o prazo remanescente de cada contrato.

A Companhia reconhece seu Ativo de direito de uso e Passivo de arrendamentos considerando as seguintes premissas:

- (i) Operações com contratos firmados por mais de 12 meses entram no escopo da norma. A Companhia não considera aspectos de renovação em sua metodologia, haja visto que a Administração não está razoavelmente certa de exercer opção de renovação dos arrendamentos.
- (ii) Contratos que envolvam o uso de ativos subjacentes de baixo valor.
- (iii) Considera-se somente operações que envolvam ativos específicos definidos no contrato ou de uso exclusivo ao longo do período do contrato.
- (iv) Inclusão dos impostos recuperáveis na definição das contraprestações assumidas dos contratos em que seja aplicável.
- (v) A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.
- (vi) A taxa de desconto para o período de Janeiro a Dezembro de 2019 utilizada para as operações de arrendamento da companhia foi:
 - 11,31% ao ano - Escritura Pública de Cessão Onerosa de Direito de Uso de Bem Imóvel findos entre 2046
 - 10,39% ao ano - Escritura Pública de Cessão Onerosa de Direito de Uso de Bem Imóvel findos entre 2027 – Compensação ambiental.

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2019 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

c. Composição e movimentação sumária dos ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui 2 contratos de arrendamentos. Em 01 de janeiro de 2019 a Companhia possuía 2 contratos de arrendamento.

Direito de Uso de Arrendamentos	Saldo em 01/01/2019	Amortização	Saldo em 31/12/2019
Aluguel de Imóveis	10.056.595	(442.130)	9.614.465
	10.056.595	(442.130)	9.614.465
	Saldo em 01/01/2019	Juros	Saldo em 31/12/2019
Arrendamento Mercantil			
Passivo Não Circulante	10.056.595	667.966	(1.403.874)
	10.056.595	667.966	(1.403.874)
Circulante	-	-	1.093.231
Não Circulante	-	-	8.227.456

12 Intangível

A composição do intangível é demonstrada abaixo:

Controlada	Saldo em 31/12/2018	Amortização do Intangível	Amortização do custo de aquisição	Total
Pirapora V	6.663.060	(254.950)	(145.835)	6.262.275
Pirapora VI	6.663.060	(254.950)	(145.835)	6.262.275
Pirapora VII	6.663.060	(254.950)	(145.835)	6.262.275
Pirapora IX	6.663.060	(254.950)	(145.836)	6.262.274
Pirapora X	6.663.060	(254.950)	(145.836)	6.262.274
Saldo do investimento	<u>33.315.300</u>	<u>(1.274.750)</u>	<u>(729.177)</u>	<u>31.311.373</u>

Refere-se a aquisição de conjunto de licenças e autorizações junto ao antigo sócio minoritário, a Solatio Brasil Gestão de Projetos, incluindo licenças ambientais, de instalação, outorgas, contratos fundiários dentre outras autorizações e permissões requeridas pelo governo e pelo órgãos reguladores aplicáveis para desenvolvimento e construção do projeto de geração de energia solar. O montante acima apresentado foi identificado a partir de laudo de avaliação emitido por empresa independente especializada em avaliação de ativos contratada pela Sociedade.

13 Tributos a recolher

A composição dos tributos a recolher é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidada	
	2019	2018	2019	2018
Tributos Federais	13.588	96.524	1.071.169	1.176.795
Tributos Estaduais	-	-	681	-
Tributos Municipais	-	-	35.578	44.551
Outros tributos	-	-	-	-
Total	<u>13.588</u>	<u>96.524</u>	<u>1.107.428</u>	<u>1.221.346</u>

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício.

14 Contas a pagar

A composição do contas a pagar é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
ABB Ltda	-	-	869	869
Biosar Brasil - Energia Renovável Ltda	-	-	549.803	639.969
Comerc Energia Ltda	-	-	3.806	728.050
Domingues e Pinho Contadores	-	-	33.400	-
General Cable Brasil Indústria e Comercio Ltda	-	-	83.749	-
Swiss RE Corporate Solutions Brasil Seguros	-	-	-	1.205.575
J.G. Assis de Almeida e Associados	2.253	-	5.159	13.951
KPMG	-	-	125.410	-
Napela Consultoria e Projetos Ltda	-	-	15.690	-
Secretaria de Est. Fazenda de Minas Gerais	-	-	827.641	-
Solatio Brasil Gestao de Projetos	643.255	643.254	643.255	643.254
Penalidades por baixa geração (i)	-	-	-	6.813.024
Diversos	8.617	30.844	62.829	1.424.731
	<u>654.125</u>	<u>674.098</u>	<u>2.351.611</u>	<u>11.469.423</u>

- (i) O saldo em 2018 refere-se a penalidades sofridas pelas SPEs pela baixa geração de energia .

15 Empréstimos e Financiamentos

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	Consolidado	
					31/12/2019	31/12/2018
Principal BNDES						
FINEM	R\$	TJLP+3,18 %	8,75%	2020 a 2036	490.461.899	503.255.656
Juros					24.435.036	24.075.932
Custos de captação					(9.886.934)	(10.526.353)
					<u>505.010.001</u>	<u>516.805.234</u>
(b) Principal IDB	R\$	CDI +1,40%	9,63%	2020	215.600.000	220.000.000
Juros					13.508.626	3.508.974
Custos de captação					(19.815.877)	(21.213.249)
					<u>209.292.749</u>	<u>202.295.725</u>
Passivo circulante					36.755.069	29.421.234
Passivo não circulante					677.547.680	689.679.724

- (a) Em 26 de setembro de 2017, a empresa firmou um contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, no montante de R\$ 529.039.000,00, tendo ocorrido a liberação parcial até 31 de dezembro de 2018 em um montante total de R\$ 503.255.656. O objetivo do empréstimo foi a captação de recursos para construção do parque solar. Sobre o principal da dívida incidem TJLP mais juros de 3,18% a.a., com exigibilidade mensal após o término do período de carência em 14 de março de 2018. O valor do principal será amortizado em 218 prestações mensais, com início em 15 de março de 2018 até 15 de março de 2036. A movimentação dos empréstimos encontra-se apresentada abaixo:

Empréstimos BNDES						
	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X	Total
Principal BNDES FINEM / IDB	97.868.963	98.315.373	98.093.347	97.868.963	98.315.253	490.461.899
Juros	5.113.733	4.667.323	4.872.804	5.113.733	4.667.443	24.435.036
Custos de captação	(2.014.415)	(1.967.915)	(1.968.774)	(1.967.915)	(1.967.915)	(9.886.934)
Total	100.968.281	101.014.781	100.997.377	101.014.781	101.014.781	505.010.001
	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X	Total
Saldo inicial	103.358.803	103.366.073	103.348.211	103.366.073	103.366.073	516.805.233
(+) Juros incorridos	9.375.713	9.383.059	9.391.622	9.375.713	9.375.713	46.901.820
(-) Pagamento de juros	(9.080.684)	(9.534.441)	(9.319.810)	(9.080.684)	(9.527.095)	(46.542.714)
(-) Pagamento de principal	(2.782.039)	(2.335.629)	(2.558.423)	(2.782.039)	(2.335.629)	(12.793.759)
(-) Custos de Captação	96.489	135.719	135.777	135.718	135.719	639.422
Saldo Final	100.968.281	101.014.781	100.997.377	101.014.781	101.014.781	505.010.001

Garantias

O empréstimo conta com garantias corporativas, penhor de ações e equipamentos.

Covenants

A partir de 2019, inclusive, manter apuração anual, durante toda a vigência do Contrato, o ICSD Consolidado (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida), no mínimo, igual ou superior a 1,20, a ser verificado através de demonstrativos consolidados e auditados.

- (a) Em 15 de Agosto de 2018, a Pirapora Holding emitiu 220.000 debêntures com valor unitário de R\$1.000 (um mil reais) cada, totalizando uma emissão de R\$220.000.000 (duzentos e vinte milhões de reais). As debêntures foram totalmente integralizadas em outubro de 2018. O total dos custos de transação incorridos na contratação foi de R\$ 21.213.249 e os juros referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.508.974, e em 2019 R\$ 20.772.386 . Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 5,7656% a.a., com exigibilidade semestral

A movimentação das debentures encontra-se evidenciada abaixo:

	Pirapora Solar Holding
Saldo inicial	202.295.725
(+) Juros incorridos	20.771.386
(-) Pagamento de juros	(10.555.300)
(-) Pagamento de principal	(4.616.433)
(-) Custos de Captação	1.397.372
Saldo Final	209.292.749

Garantias

A operação de captação em questão é garantida corporativamente pelas SPEs Pirapora V, Pirapora VI, Pirapora VII, Pirapora IX e Pirapora X e por uma fiança bancária emitida pelo IDB.

Controladora

Abaixo apresentamos o saldo de empréstimos e financiamentos da entidade, referente a transações de debêntures com IDB, da controladora. A natureza da captação já está apresentada no quadro consolidado.

Linha de Crédito	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	31/12/2018	31/12/2019
Principal	R\$	CDI+1,4%	9,63%	2020	220.000.000	215.600.000
Juros					3.508.974	13.508.626
Custos de captação					(21.213.249)	(19.815.877)
					202.295.725	209.292.749
Passivo circulante					14.884.674	19.374.304
Passivo não circulante					187.411.051	189.918.445

16 Imposto de Renda e Contribuição Social

A Sociedade apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido base caixa.

Segue abaixo a composição dos valores a pagar em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

	Consolidada 2019	Consolidada 2018
Contribuição Social	1.409.037	2.394.536
Imposto de Renda	3.235.425	6.086.526
Total	4.644.462	8.481.062

Considerando que a Sociedade não apresentou IRPJ e CSLL devidos nos exercícios de 2019 e 2018, apresentaremos a abaixo o cálculo consolidado de suas controladas de 2019:

Impostos correntes

	2019	2018
Receitas operacionais + outras receitas tributáveis		
Receitas de vendas	128.352.652	127.218.061
Base presumida para o IRPJ (8%)	10.268.211	10.177.445
Base presumida para a CSLL (12%)	15.402.318	15.266.167
Rendimentos de aplicações renda fixa/variável	1.834.343	1.442.723
Receita de descontos	1.397.463	459.716
Demais receitas e ganhos de capital	1.847.552	18.472.454
Base de cálculo do imposto de renda	15.347.569	30.552.338
Base de cálculo da contribuição social	20.481.676	36.841.030
Alíquota do Imposto de Renda - 15%	(2.302.136)	(4.582.851)
Alíquota do Imposto de Renda - 10%	(1.414.757)	(3.055.234)
Alíquota da Contribuição Social - 9%	(1.843.351)	(3.315.693)
Total de Imposto de Renda Corrente	(3.716.893)	(7.818.081)
Ajuste de IR Corrente de 2018	141.724	-
Total de Contribuição Social Corrente	(1.843.351)	(3.315.693)
Ajuste de CS Corrente de 2018	51.020	-
Total dos tributos correntes	(5.367.500)	(11.133.774)

Impostos diferidos

	2019	2018
Receitas operacionais + outras receitas tributáveis		
Base de cálculo para os tributos diferidos		
Variação do contas a receber	9.030.571	2.412.227
Outras receitas	9.000.000	-
Base presumida para o IRPJ (8%)	722.445	192.978
Base presumida para a CSLL (12%)	1.083.670	289.467
Base de cálculo do imposto de renda	6.122.445	192.978
Base de cálculo da contribuição social	6.483.670	289.467
Cálculo do IRPJ (alíquota de 15%)	(887.127)	(28.947)
Cálculo do IRPJ (alíquota de 10%)	(591.418)	(11.721)
Cálculo da CSLL (alíquota de 9%)	(555.414)	(26.052)
	-	-
Total do Imposto de Imposto de Renda Diferido	(2.430.612)	(40.668)
Ajuste de IR de 2018	135.323	-
Total de Contribuição Social Diferido	(907.530)	(26.052)
Ajuste de CS 2018	151.711	-
	<hr/>	<hr/>
Total de tributos diferidos	(3.051.108)	(66.721)

17 Patrimônio Líquido

17.1 Capital social

O capital social no valor de R\$ 238.892.467 (228.892.466 em 31 de dezembro de 2018), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, encontra-se dividido em 238.892.467 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

		<u>Controladora</u>	<u>Controladora</u>
	%	2019	2018
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	50	119.446.234	119.446.233
Ômega Geração S.A.	50	<u>119.446.233</u>	<u>119.446.232</u>
	100	238.892.467	238.892.465

Em 07 de dezembro de 2018 houve aumento de capital no valor de R\$ 1,85 mediante emissão de 1 nova ação representativa do capital social, ordinária, nominativa e sem valor nominal.

17.2 Resultado do exercício

A Sociedade registrou lucro no montante de R\$16.239.492 (prejuízo no montante de R\$ 21.837.538 em 31 de dezembro de 2018).

17.3 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. A Sociedade não constituiu reserva legal em 31 de dezembro de 2019 em função do prejuízo reconhecido.

17.4 Receitas Líquida de vendas

A composição das receitas de vendas é demonstrada abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidada</u>	
	2019	2018	2019	2018
Geração de energia				
Receita de vendas	-	-	140.620.700	120.531.476
(-) Penalidade por baixa geração	-	-	-	(10.219.536)
Receita bruta	-	-	140.620.700	110.311.940
(-) Deduções da receita bruta				
PIS	-	-	(846.236)	(830.208)
COFINS	-	-	(3.905.701)	(3.831.732)
Total das deduções da receita bruta	-	-	(4.751.937)	(4.661.940)
Total da receita líquida	-	-	135.868.763	105.650.000

18 Custos das vendas por natureza

A composição dos custos das vendas por natureza é demonstrada abaixo:

	<u>Consolidada</u>	
	2019	2018
Custos operacionais		
Seguros	(1.330.677)	(1.522.759)
Ajustes na conta da CCEE	(648.601)	-
Arrendamentos operacionais	(442.130)	(1.279.913)
Outros custos	-	-
	(2.421.407)	(2.802.671)
Impostos e taxas		
TUSD	(2.716.650)	(2.585.444)
Taxa de regulamentação	(499.510)	(365.242)
	(3.216.160)	(2.950.686)
Serviços prestados		
Manutenção	(7.590.563)	(4.631.129)
Serviço de Engenharia	-	(640.833)
Estudos Projetos	-	(900.000)
Outros	(31.718)	(40.292)
	(7.622.281)	(6.212.254)
Depreciação		
Custo com depreciação	(36.335.901)	(35.550.342)
	(36.335.901)	(35.550.342)
Total dos custos de vendas	(49.595.749)	(47.515.953)

19 Despesas administrativas e outras despesas e receitas operacionais por natureza

A composição das despesas operacionais por natureza é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidada	
	2019	2018	2019	2018
Despesas administrativas				
Condução/Locomoção	-	(37)	(442.130)	(45)
Viagens e estadias	-	-	(10.218)	-
Cópias e reproduções	-	(27)	-	(302)
Despesas Legais	(788)	-	(97.554)	-
Despesas com publicações	(9.537)	-	(57.374)	-
Seguros	(5.186)	-	5.186	-
Contribuições a associações	-	-	(5.148)	(18.983)
Outras	-	(63.514)	718.636	(698.341)
	(15.510)	(63.578)	111.397	(717.671)
Impostos e taxas				
Impostos de Importação	(54.953)	(1.649.098)	(90.489)	(2.518.467)
Pis e Cofins	(3.950)	(43.332)	(3.950)	(43.332)
Multas	-	-	(224.966)	-
IOF	-	-	(200)	-
	(58.903)	(1.692.430)	(319.605)	(2.561.799)
Despesas com serviços prestados				
Honorários de Contadores	(94.983)	(118.135)	(569.896)	(640.240)
Honorários de Consultores	(169.693)	(2.761.328)	(584.102)	(3.808.331)
Honorários de Auditores	(25.889)	(17.289)	(267.890)	(67.466)
Honorários de Advogados	(176.584)	(4.729.040)	(341.176)	(7.052.032)
Outros Serviços	(31.651)	(470)	(143.107)	(2.245.968)
	(498.800)	(7.626.262)	(1.906.171)	(13.814.037)
Rateio de despesas				
Salários	-	-	-	(69.248)
Previdência social	-	-	-	(30.775)
Outros serviços	-	-	-	(104.825)
Aluguel	-	-	-	(17.426)
Seguros	-	-	-	(98)
Viagens e estadias	-	-	-	(1.366)
Serviços prestados pelo exterior	-	-	-	(90.099)
Outros custos	-	-	-	(4.399)
Gestão Admonistativa	-	-	(454.003)	(68.775)
Gestão de Ativos	-	-	(665.914)	(35.795)
	-	-	(1.119.917)	(3422.805)
Total das Despesas administrativas e outras despesas operacionais	(573.213)	(9.382.270)	(3.234.296)	(17.516.311)
Outras receitas/(despesas) operacionais				
Recuperação de despesas (ii)	65.338	-	5.430.001	-
Outras receitas (i)	-	-	10.731.700	19.667.209
	65.338	-	16.161.701	19.667.209

(i) Em 2018 o saldo refere-se as notas de créditos da Biosar emitidas a favor da Sociedade referentes aos serviços prestados a título de Estudo de Projetos. Em 2019 refere-se a cobrança de multas por não atendimento a requisitos técnicos.

(ii) Reversão de provisão de despesas de serviços com contratos da Biosar e EDF

20 Resultado financeiro

A composição do resultado financeiro é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidada	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	1.310	287.776	1.835.653	1.730.499
Variação cambial ativa	-	-	-	3.236
Desconto	-	-	1	877
Juros - parte relacionada	4.286	625.752	314.483	801.491
Juros	2.645	327	227.619	293.861
Outras Receitas	-	-	-	-
	8.241	913.855	2.377.756	2.829.965
Despesas Financeiras				
Juros de empréstimos - parte relacionada	(967.732)	(175.912)	-	(16.823.506)
Juros de empréstimos	(20.906.352)	(16.125.733)	(67.810.808)	(48.299.113)
Despesas bancárias	(192.963)	(4.616.227)	(729.546)	(5.027.767)
Variação cambial passiva	-	-	-	(4.170)
Despesas com IOF	(3.337.991)	(82.125)	(3.362.031)	(175.103)
Custos com empréstimos	(1.397.372)	(662.277)	(2.345.795)	(1.193.651)
Outras despesas financeiras	-	-	(667.966)	(2.228.646)
	(26.802.410)	(21.662.274)	(74.916.146)	(73.751.955)
Resultado Financeiro líquido	(26.794.169)	(20.748.419)	(72.538.391)	(70.921.990)

21 Instrumentos financeiros

A Sociedade mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Sociedade, conforme categorias abaixo:

Ativos	Categorias	Controladora		Consolidada	
		2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras	Custo Amortizado	327.189	11.329	50.008.172	38.319.800
Contas a receber - partes relacionadas	Custo Amortizado	-	724.897	-	-
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	-	-	25.391.678	5.682.147
Dividendos a receber	Custo Amortizado	10.817.048	2.161.515	-	-
		Controladora	Consolidada	2019	2018
Aplicações financeiras	Custo Amortizado	327.189	11.329	50.008.172	38.319.800
Contas a receber - partes relacionadas	Custo Amortizado	-	724.897	-	-
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	-	-	25.391.678	5.682.147
Dividendos a receber	Custo Amortizado	10.817.048	2.161.515	-	-
Passivos					
Contas a pagar	Custo Amortizado	654.124	674.098	2.351.610	11.469.423
Contas a pagar - partes relacionadas	Custo Amortizado	-	-	117.873	3.675.300
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	209.292.749	202.295.725	714.302.749	719.100.958
Contrato de mútuo - partes relacionadas	Custo Amortizado	6.556.679	8.570.175	-	-

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Sociedade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Sociedade somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

Ativos	Categorias	Controladora		Consolidada	
		2019	2018	2019	2018
Aplicações financeiras	Custo Amortizado	327.189	11.329	50.008.172	38.319.800
Contas a receber - partes relacionadas	Custo Amortizado	-	724.897	-	-
Contas a receber de clientes	Custo Amortizado	-	-	25.391.678	5.682.147
Dividendos a receber	Custo Amortizado	10.817.048	2.161.515	-	-

A administração avaliou, segundo sua política de PCLD e, com base no IFRS 9, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Sociedade sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Sociedade busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Sociedade poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Empresa sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Empresa.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2019			
	Controladora		Consolidada	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	654.124	-	2.351.610	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	117.873	-
Empréstimos e financiamentos	209.292.748	-	714.302.749	-
Contrato de mútuo - partes relacionadas	6.556.679	-	-	-
	<u>216.503.551</u>	<u>-</u>	<u>716.772.231</u>	<u>-</u>
	2018			
	Controladora		Consolidada	
	Até 1 ano	> 2 anos	Até 1 ano	> 2 anos
Contas a pagar	674.098	-	11.469.423	-
Contas a pagar com partes relacionadas	-	-	3.675.300	-
Empréstimos e financiamentos	14.884.674	187.411.051	29.421.234	689.679.724
	<u>15.558.772</u>	<u>187.411.051</u>	<u>44.565.957</u>	<u>689.679.724</u>

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Sociedade obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPEs controladas, uma vez que as mesmas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Sociedade preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2020, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base na taxa TJLP publicada para o último trimestre de 2019, cuja valor definido foi de 5,57%, sendo esta definida como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	2018	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros					
BNDES FINEM	514.896.931	TJLP	42.598.281	48.452.539	56.131.492
IDB	223.508.974	CDI	22.437.016	24.824.612	27.212.207

22 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Sociedade está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

Ano	Contrat	Pirapora V	Pirapora VI	Pirapora VII	Pirapora IX	Pirapora X
	Volume (MWh)	73.786	73.786	73.786	73.786	73.786
2020	Preço (R\$/MWh)	370	363	366	366	363
	Total (R\$ Mil)	27.241	26.741	26.971	26.971	26.741
2021-2037	Total (R\$ Mil)	653.866	641.850	647.371	647.371	641.850

23 Seguros

Os saldos de despesas antecipadas são demonstrados a seguir:

	Controladora 2019	Controladora 2018	Consolidada 2019	Consolidada 2018
Administrativas - seguros	16.032	-	261.487	1.404.477
Total	16.032	-	261.487	1.404.477

A Sociedade mantém apólices de seguro contratado junto a Swiss Re Corporate Solutions Brasil Seguros S/A e a AXA Seguros, seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Sociedade possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Transportes Nacional e Atraso no início das operações em decorrência de sinistros de transportes bem como as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice é passível de cobertura. A importância segurada é de R\$ 199.675.400 tendo como vigência o período de 26/09/2018 à 26/03/2020.

Coberturas	Importâncias Seguradas
Lucro Cessante	R\$ 27.259.600,00
Danos Materiais	R\$ 172.415.800,00

Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 59.389.335 tendo como vigência o período de 30/06/2019 à 30/06/2020.

Coberturas

Importâncias Seguradas

Empregador, Empresa Concessionária ou Não de Serviços Públicos – Energia,
Responsabilidade Civil Cruzada, Pulsoção Súbita e Acidental

R\$ 59.389.335,00

24 Coronavírus

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o Coronavírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos relevantes nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

Em função da recente escalada de notícias e ações governamentais, não temos como precisar exatamente quais e como serão os eventos subsequentes devido a pandemia do corona virus. Entretanto, temos planos de contingências bem definidos dentro do grupo para casos de desastres. Adaptamos essas ações para o atual cenário brasileiro e aplicamos a todas as áreas da empresa. Em uma análise preliminar não identificamos impactos relevantes no curto prazo. Entretanto, estamos constantemente monitorando o desdobramento do tema e desde já preparados para responder de forma rápida a qualquer tipo de externalidade.